



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Edital nº 90.037/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 08 de junho de 2026

**EDITAL**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

DADOS DA LICITAÇÃO	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº</b> 90.037/2026 UASG: 980921	<b>DATA DE ABERTURA:</b> 22/06/2026 <b>HORÁRIO:</b> 09h30min. <b>SÍTIO:</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 24.101.000042/2026	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Segurança Alimentar - SEMSA
<b>OBJETO:</b> Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de 50.000 (cinquenta mil) leite em pó integral de 800 gramas, classificados como gêneros alimentícios, com vista a atender a população carente que se encontra em estado de vulnerabilidade social de extrema pobreza, agravado por problemas sociais de interesse da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar - SEMSA	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 1.768.000,00 (Um milhão, setecentos sessenta oito mil reais)	
<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO:</b>  Verificar <b>item 12.2</b> do Termo de Referência – Anexo I, do Edital e <b>Item 21</b> deste Edital	<b>QUANTIDADES DE ITENS:</b>  <b>01 ITEM</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b> GLOBAL
<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b> PARCELADA	<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO E FECHADO
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:</b>  Até <b>3 (três) dias úteis</b> antes da data designada para abertura da sessão pública para o endereço <a href="mailto:membro09cpl@gmail.com">membro09cpl@gmail.com</a>	<b>PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR:</b>  <b>NÃO</b>
<b>PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA:</b> <b>duas (02) horas</b> a contar da solicitação.	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b> R\$ 0,01
A fase de habilitação <b>NÃO</b> será anterior à fase de lances.	

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
-----------------------	-------------------------	-----------------------	--------------------------	------------------------	---------------	-------------------

NÃO	SIM	NÃO;	SIM	SIM	SIM	NÃO
-----	-----	------	-----	-----	-----	-----

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei nº 7.690, de 01 de novembro de 2024;  
 Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);  
 Decreto Municipal nº 62.276/2026 (Procedimentos Auxiliares das Licitações);  
 Decreto Municipal nº 61.092/2024 (Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento do Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís);  
 Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);  
 Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);  
 Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (sustentabilidade ambiental);  
 Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);  
 Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (autenticação dos livros contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais);  
 Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (improbidade administrativa);  
**Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005** (recuperação judicial, extrajudicial e falência);  
 Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);  
 Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:**

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:**

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) e <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail [membro09cpl@gmail.com](mailto:membro09cpl@gmail.com), ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;
3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO .....	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO .....	2.
DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	4.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	5.
DO CREDENCIAMENTO .....	6.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	7.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	8.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	9.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	10.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS .....	11.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	12.
DO MODO DE DISPUTA .....	13.
DA DESCONEXÃO .....	14.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	15.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE .....	16.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA ME E EPP	17.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	18.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE.....	19.
DA AMOSTRA .....	20.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	21.
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	22.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO.....	23.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	24.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO ...	25.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO .....	26.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS .....	27.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO .....	28.
DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE .....	29.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	30.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	31.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	32.
SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:	

**ANEXO I** – Termo de Referência e seus Apêndices; **4060312**

**ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III** – Ata de Registro de Preços

**ANEXO IV** – Estudo Técnico Preliminar – ETP; **4026995**

**ANEXO V** – Minuta de Contrato; **4060651**

**ASSESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA  
ELABORAÇÃO DO EDITAL:**

**EMANUELLA SILVA DE SOUSA**

Assessor de Procedimentos Licitatórios -  
CPL/PMSL/MA

Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB

**PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELA  
CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO:**

**FELIPE CONTENTE BELCHIOR**

Pregoeiro (a)- CPL/PMSL/MA  
Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB

## **1. DO PREÂMBULO**

**1.1.** O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/).

## **2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO**

**2.1.** A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

**2.2.** A licitação contemplará 01 item, conforme **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

**2.3.** O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**2.4.** NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DO EDITAL.

## **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1.** Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão alocados pelos órgãos interessados. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

**4.2.** No caso da licitação através do Sistema de Registro de Preços, não é necessário a indicação de recursos orçamentários, em virtude da sua natureza, exigível apenas antes da assinatura do contrato, nos termos do § 2º do art. 11 do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**

**5.1.** Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

**5.2.** A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no **DADOS DA LICITAÇÃO**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na *extensão “pdf”* e uma via em *extensão “doc”*.

**5.2.1.** Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

**5.3.** O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

**5.3.1.** Número do certame impugnado;

**5.3.2.** Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

**5.3.3.** Razões da impugnação e solicitações de alteração;

**5.3.4.** Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

**5.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.5.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**5.6.** Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

**5.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

**5.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

**5.8.** Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**5.9.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

**6.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**6.1.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**6.2.** O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**6.3.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**6.5.** *No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.*

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**7.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**7.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.5. Não poderão disputar esta licitação:**

-

- 7.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 7.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 7.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 7.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 7.5.8.** Agente público do órgão licitante;
- 7.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 7.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6.** O impedimento de que trata o **subitem 7.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 7.5.2 e 7.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.
- 7.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 7.9.** O disposto nos **subitens 7.5.2 e 7.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 7.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.11.** A vedação de que trata o **subitem 7.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 7.12.** Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;
- 7.12.1.** O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou

coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.13.** *Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.*

**7.13.1.** Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

**7.13.2.** Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do **item 21** deste Edital, sob pena de inabilitação.

**7.13.2.1.** Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

**7.13.2.2.** Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

**7.14.** *As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.*

**7.15.** *É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.*

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

**8.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

**8.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**8.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**8.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**8.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.5.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 8.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**8.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



**8.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**8.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**8.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 8.12** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.12.1.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.1.1.** Valor para cada Lote, em moeda corrente nacional;

**9.1.2.** Marca;

**9.1.3.** Fabricante;

**9.1.4.** Quantidade cotada, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**9.1.5.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, folders, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital;

**9.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.5.** Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no **“DADOS DA LICITAÇÃO”** deste Edital.

**9.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.6.1.** O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9.6.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

**9.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

**9.7.1.** Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

**9.7.2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**9.7.3.** Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel da Descrição Técnica contida neste instrumento. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do (s) objetos (s) ofertado (s), em português. O (s) item (ns) não informado (s) poderá (ão) ser considerado (s) como não atendido (s)

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, na data e horário discriminados nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

**10.3.** A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

**10.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**11.1.** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

**11.2.** Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

**11.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.5.** O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.6.** O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

## **12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**12.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**12.2.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**12.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**12.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

**12.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o detalhado no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

**12.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**12.7.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**12.8.** Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

### **13. DO MODO DE DISPUTA**

**13.1.** O modo de disputa está discriminado nos “DADOS DA LICITAÇÃO”.

**13.2.** No modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**13.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**13.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**13.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**13.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**13.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**13.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**13.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

### **14. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO**

**14.1.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**14.2.** Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 04 (quatro) horas ou na hipótese de remarcação da sessão pública, esta somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

### **15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**15.1.** O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

### **16. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**16.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**16.1.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**16.1.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**16.1.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**16.1.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**16.1.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**16.1.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**16.1.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

**16.1.2.2.** Empresas brasileiras;

**16.1.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**16.1.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **17. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**17.1.1.** NÃO SE APLICA;

## **18. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**18.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**18.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**18.1.2.** A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**18.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**18.1.4.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**18.1.5.** É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**18.1.6.** Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**18.2.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **19. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE**

**19.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação das licitante subsequentes, na ordem de classificação.

**19.1.1.** Considera-se inexecutável o lance que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor

zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**19.1.2.** O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

**19.1.3.** Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 19.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

**19.2.** O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 9** deste Edital, para sua elaboração.

**19.3.** Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocado no mesmo prazo do **subitem 19.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

**19.4.** A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

**19.4.1.** **Dados do licitante, tais como:** número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

**19.4.2.** **Nome completo do responsável ou representante legal** pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

**19.4.2.1.** Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

**19.4.3. Indicação do valor unitário e total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusos todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

**19.4.3.1.** Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

**19.4.4.** Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**19.4.4.1.** **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.**

**19.4.4.1.1.** A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

**19.4.5.** O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**19.4.5.1.** Nos casos de proposta readequada, o prazo de validade será considerado a partir da data de sua apresentação.

**19.4.5.2.** A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

**19.4.5.3.** Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

**19.5.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- 19.5.1.** Contiverem vícios insanáveis;
- 19.5.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;
- 19.5.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 19.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 19.5.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.
- 19.6.** A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 19.7.** Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.
- 19.8.** No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.
- 19.9.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.
- 19.10.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.
- 19.11.** O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.
- 19.12.** A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

## **20. DA AMOSTRA**

- 20.1.** As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.
- 20.2.** O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra previamente à fase de habilitação, sendo vedadas a sua solicitação ou o seu envio após essa etapa, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.
- 20.3.** As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. dos Holandeses, quadra 36, Lotes 1 a 14 – Quintas do Calhau, São Luís – MA, CEP 65071-380, no prazo limite de 03 (três) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, devendo encaminhar o código de rastreio para o e-mail do Pregoeiro responsável.
- 20.4.** É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada do interessado, antes de findo o prazo.
- 20.5.** No caso de não haver entrega da amostra, de ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita ou de a amostra ser entregue fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 20.6.** As amostras serão avaliadas por equipe técnica designada pela Administração, com base em critérios objetivos e mensuráveis, conforme os parâmetros a seguir:
- 20.6.1.** Embalagem: tipo laminada ou aluminizada; vedação hermética; ausência de furos, rasgos, estufamento ou violação; presença de rotulagem obrigatória (lote, validade, fabricante, composição).
- 20.6.2.** Peso líquido: unidade com 800 g, admitida variação conforme legislação vigente.
- 20.6.3.** Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da fabricação ou, no ato da entrega, pelo menos 75% da validade total.
- 20.6.4.** Características físicas: produto em pó fino, homogêneo e solto; ausência de empedramento excessivo ou umidade; cor uniforme, do branco ao levemente amarelado; ausência de corpos estranhos.
- 20.6.5.** Características sensoriais: odor característico de leite em pó; ausência de odores estranhos (ranço, mofo ou fermentação).

- 20.6.6.** Solubilidade: capacidade de dissolução em água, sem formação excessiva de grumos ou resíduos.
- 20.6.7.** Conformidade: produto compatível com leite em pó integral, conforme especificações deste Termo de Referência.
- 20.7.** Será considerada APROVADA a amostra que atender integralmente aos critérios estabelecidos, e REPROVADA aquela que apresentar qualquer desconformidade.
- 20.8.** Os resultados das avaliações serão divulgados pelo Pregoeiro por meio de mensagem no chat do sistema.
- 20.9.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 20.10.** As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser submetidas a testes, análises sensoriais, verificação de solubilidade e demais avaliações técnicas previstas neste Termo de Referência, sendo consumidas ou inutilizadas no processo de análise, sem que isso gere direito a ressarcimento por parte do fornecedor.
- 20.11.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras passíveis de devolução deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 07 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 20.12.** A análise das amostras observará critérios objetivos, vedada qualquer avaliação subjetiva ou não prevista neste Termo de Referência.

## **21. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 21.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.
- 21.2.** Após declarado o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:
- 21.2.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 21.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 21.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- 21.2.4.** Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).
- 21.3.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 21.2.2, 21.2.3 e 21.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 21.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 21.5.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.
- 21.5.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);
- 21.5.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 21.5.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 21.6.** Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.
- 21.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados

junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**21.7.1.** A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7ª, parágrafo único).

**21.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítio eletrônico oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**21.9.** Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

**21.10.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no “chat”, sob pena de inabilitação.

**21.11.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**21.12.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**21.13.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**21.13.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**21.14.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**21.15.** Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**21.16. Habilitação Jurídica:**

**21.16.1. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**21.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**21.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**21.16.4. No caso de sociedades civis:** inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**21.16.5. No caso de sociedades comerciais:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**21.16.6. No caso de sociedades por ações:** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

**21.16.7. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil da Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o **art. 5º** da Lei nº 5.764/1971;



**21.16.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**21.16.9. No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021;

**21.16.10. No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

**21.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.**

**21.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**21.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF** ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

**21.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária**, expedida pela Receita Federal do Brasil;

**21.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal;

**21.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

**21.18.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

**21.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado**, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**21.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

**21.18.7.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**21.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**21.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

**21.19.** Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 21.18.6 / 21.18.7 e 21.18.8 / 21.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, cabará o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

**21.20.** O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**21.20.1.** Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no **subitem 21.20.**, constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros **5 (cinco) dias úteis**.

**21.20.2.** A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no **subitem 21.20.1** acarretará a

inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

**21.21.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

#### **21.22. Qualificação Técnica:**

**21.22.1.** Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

**21.22.2.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**21.22.2.1.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**21.22.2.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**21.22.2.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**21.22.3.** O licitante deverá, ainda, apresentar documentação que comprove que o produto ofertado possui registro ou está devidamente regularizado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, por meio do Serviço de Inspeção Federal – SIF ou serviço de inspeção equivalente (estadual ou municipal), quando aplicável.

**21.22.4.** O licitante deverá assegurar que o leite em pó integral ofertado atende aos requisitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 53/2018 do MAPA, bem como às normas sanitárias vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente no que se refere às condições de produção, armazenamento, transporte e comercialização.

#### **21.23. Qualificação Econômico-Financeira:**

**21.23.1.** Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

**21.23.1.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

**21.23.1.2.** Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

**21.23.1.3.** Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**21.23.1.3.1.** O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo:**

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

**b.1)** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

**21.23.1.4.** O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

**21.23.1.5.** Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

**21.23.1.6.** A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

**21.23.1.7.** Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

**21.23.1.7.1.** Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

**21.23.1.7.2.** Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

**21.23.1.8.** Os documentos referidos no **subitem 21.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**21.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:**

**21.24.1.** Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

**21.24.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**21.24.2.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**21.24.2.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**21.24.2.3.** O prazo em que se refere o **item 21.24.2.** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

**21.24.3.** Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**21.24.4.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**21.24.5.** Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

**21.24.6.** O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado pelo prazo indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, sendo que tal pedido **deverá ser realizado dentro do prazo concedido**.

**21.24.7.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.

**21.24.8.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**21.24.8.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

**21.24.9.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:

**21.24.9.1.** Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

**21.24.9.2.** Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**21.24.10.** O(A) Pregoeiro(a), constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á **HABILITADA**. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada **INABILITADA**.

**21.24.11.** As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como válidas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.

**21.24.12.** O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## **22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**22.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**22.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**22.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**22.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**22.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

**22.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/LOTES constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/LOTES(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**22.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e site oficial desta CPL.

**22.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição e/ou serviços pretendidos, desde que devidamente justificada.

**22.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**22.8.** Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

## **23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**23.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**23.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**23.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**23.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**23.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**23.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**23.3.4.** A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

**23.3.5.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**23.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

**23.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**23.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**23.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**23.8.** As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

**23.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**23.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**23.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

## **24. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**24.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**24.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**24.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**24.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**24.1.4.** A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do “chat”, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**24.1.5.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **25. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**

**25.1.** Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

**25.2.** A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

**25.2.1.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **26. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO**

**26.1.** As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **27. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

**27.1.** As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **28. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**28.1.** As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **29. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**29.1.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato **ou aceitar instrumento equivalente**, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

**29.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**29.1.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato **ou aceite do instrumento equivalente**, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura **ou aceite**, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado **ou aceite no prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

**29.1.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**29.1.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**29.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**29.3.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **30. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**30.1.** As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

## **31. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**31.1.** As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

## **32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**32.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**32.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

**32.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**32.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**32.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**32.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**32.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**32.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**32.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**32.10.** O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**32.11.** É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

**32.12.** Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

**32.13.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

**32.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL - CPL | Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

**EMANUELLA SILVA DE SOUSA**

Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA  
Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Emanuella Silva de Sousa, Assessora**, em 08/06/2026, às 10:05, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **4116952** e o código CRC **DFD1D6C3**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

TERMO DE REFERÊNCIA

QUADRO RESUMO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 24.101.000042/2026	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Segurança Alimentar
OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de 50.000 (cinquenta mil) leite em pó integral de 800 gramas, classificados como gêneros alimentícios, com vista a atender a população carente que se encontra em estado de vulnerabilidade social de extrema pobreza, agravado por problemas sociais de interesse da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA	
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.768.000,00 (Um milhão, setecentos sessenta oito mil reais)	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01 (um centavo)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	QUANTIDADE DE ITEM: 01
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: VALOR GLOBAL	FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: SIM	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O Termo de Referência em questão trata da **Registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisição de 50.000 (cinquenta mil) unidades de leite em pó integral, acondicionadas em embalagens de 800g (oitocentos gramas) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA de São Luís- MA possui a responsabilidade institucional de assegurar o acesso regular a alimentos de qualidade para a população em situação de vulnerabilidade social no município. O fornecimento contínuo e adequado de leite integral constitui um componente essencial para o atendimento nutricional dessas famílias, contribuindo significativamente para a promoção da segurança alimentar e melhoria das condições de vida. Tal ação integra o Programa Mesa Farta, iniciativa estratégica da SEMSA, que dispõe de recursos financeiros específicos para a aquisição de leite em pó, destinados à distribuição direta à população vulnerável. Em face da crescente demanda e da necessidade de garantir a continuidade e a regularidade desse atendimento, torna-se imprescindível o planejamento e registro prévio das quantidades necessárias, assegurando o suprimento eficiente e a manutenção das políticas públicas de assistência alimentar em São Luís.

**2.1.2. Justificativa da Entrega:** O direito à alimentação é garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal como direito fundamental. A Secretaria tem a responsabilidade de implantar e executar serviços, programas e benefícios assistenciais voltados à inclusão e autonomia de famílias em situação de vulnerabilidade social, seja pela ausência de renda, precário acesso a serviços públicos ou fragilização de vínculos comunitários.

**2.1.3. Critérios de Definição dos Bairros e Beneficiários:**



2.1.3.1. A distribuição de leite em pó será realizada nos bairros do município de São Luís definidos pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA, com base em critérios técnicos e sociais. A priorização levará em consideração fatores que agravem a situação de vulnerabilidade da população local, tais como enchentes, alagamentos, incêndios, deslizamentos, insegurança alimentar severa, entre outras situações de risco social.

2.1.3.2. O método de definição dos bairros e da quantidade de pessoas a serem atendidas será realizado com base nos cadastros das famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como nos atendimentos realizados pela equipe técnica da SEMSA, garantindo que a seleção dos beneficiários esteja alinhada com os indicadores de vulnerabilidade social e com as diretrizes das políticas públicas de assistência alimentar.

2.1.3.3. Nesta etapa do planejamento, os bairros inicialmente contemplados para distribuição são: Zona Rural, Cajupari, Cinturão Verde, Estiva, Coquilho, Liberdade, Camboa, Ilhinha, Residencial Jackson Lago, Sacavém, Vila Embratel, Itaqui-Bacanga, Gapara e São Raimundo, podendo haver a inclusão de novas localidades conforme avaliação técnica e monitoramento contínuo dos indicadores sociais realizados pela administração municipal.

#### **2.1.4. Programa Mesa Farta:**

2.1.4.1. A entrega de leite em pó faz parte do Programa Mesa Farta, voltado à distribuição de alimentos (cestas básicas, frango, peixe e leite em pó) para famílias em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

#### **2.1.5. Local e Modo de Fornecimento:**

2.1.5.1. O prazo de entrega do objeto será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, de forma parcelada, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

2.1.5.2. Do local de entrega: o objeto licitado deverá ser entregue na sede da Contratante, localizada na Av. João Pessoa, nº 280, Cutim Anil, e/ou nos pontos previamente indicados pela equipe gestora da SEMSA nos bairros contemplados pelo Programa Mesa Farta, de segunda-feira a sexta, no horário das 8h às 17h.

2.1.5.3. As entregas ocorrerão em ponto de recebimento centralizado e/ou diretamente nos locais indicados pelo gestor do contrato, conforme planejamento operacional, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE o armazenamento e a posterior distribuição dos produtos aos beneficiários, não cabendo ao fornecedor a entrega direta ao público beneficiário.

2.1.5.4. Caso não seja possível a entrega na data prevista, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, acompanhados da devida comprovação, para fins de análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

2.1.5.5. A data de validade do produto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de fabricação ou, no ato da entrega, apresentar prazo remanescente não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total.

2.1.5.6. As embalagens do leite em pó integral, com conteúdo de 800 g, deverão ser constituídas de materiais que garantam a integridade do produto, sua adequada conservação, protegendo-o contra contaminações, umidade e danos durante o armazenamento e transporte, devendo estar acondicionadas em embalagens originais, íntegras e devidamente lacradas, sendo vedada a reutilização de embalagens. O produto deverá possuir registro no órgão competente, como o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio do

Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou equivalente, atendendo à Instrução Normativa nº 53/2018 e às normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

2.1.5.7. Não será aceito leite em pó estragado ou inadequado para o consumo humano, que apresente avarias de qualquer natureza, inclusive quanto à embalagem, ou vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.

2.1.5.8. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

2.1.5.9. A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada, com entregas sucessivas realizadas conforme a demanda da Administração, sendo tal sistemática viabilizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **MOTIVAÇÃO**

### **2.2. Razões de direito**

2.2.1. Tendo em vista as atribuições legais a ela conferidas, esta Secretaria tem a responsabilidade de implantar e executar serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais que possam contribuir com a inserção/inclusão, reinserção e autonomia de famílias e indivíduos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação por ausência de renda, do precário acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos familiares e comunitários e de situações de risco pessoal e social.

#### **2.2.2. Razões de fato**

2.2.2.1. O quantitativo previsto para esta contratação foi definido com base no orçamento disponível destinado ao Programa Mesa Farta, voltado ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade social no Município de São Luís- MA.

2.2.2.2. Registra-se que, embora não haja, no âmbito da SEMSA, série histórica consolidada de contratações similares — a última aquisição do item ocorreu no exercício de 2022, sem dados sistematizados aptos a fundamentar projeção estatística própria —, a estimativa apoiou-se em fonte oficial e idônea, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar que instrui o presente processo.

2.2.2.3. A estimativa do quantitativo foi obtida a partir dos indicativos de público em situação de insegurança alimentar fornecidos à SEMSA pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS e pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, órgãos que detêm os cadastros e os indicadores sociais do Município e cujos dados já serviram de base para o dimensionamento das ações da SEMSA, a exemplo dos contratos de fornecimento de peixe e de cestas básicas do Programa Mesa Farta.

2.2.2.4. Como parâmetro de consistência, adotou-se o mesmo universo de beneficiários já dimensionado para a distribuição do peixe e de cestas básicas do Programa Mesa Farta, considerando que se trata do mesmo público-alvo — famílias e indivíduos em insegurança alimentar atendidos pelo mesmo programa —, sendo, portanto, tecnicamente coerente a equivalência entre o número de unidades de leite em pó e o número de cestas básicas, item complementar da cesta nutricional.

2.2.2.5. Assim, o quantitativo de 50.000 (cinquenta mil) unidades de leite em pó integral foi definido como estimativa máxima para fins de registro, e não como compromisso de aquisição integral, sendo suficiente para assegurar a continuidade das ações do Programa Mesa Farta ao longo do período contratual, contemplando o atendimento da demanda ordinária e eventuais oscilações no número de beneficiários.

2.2.2.6. Ressalta-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços confere flexibilidade à Administração, permitindo a contratação conforme a demanda efetiva, mitigando os riscos de superestimativa ou desabastecimento.

2.2.2.7. O Programa Mesa Farta tem como finalidade atender à população em situação de extrema pobreza do Município de São Luís, por meio da distribuição de alimentos básicos, tais como frango, peixe, leite em pó e cestas básicas, visando a minimizar as condições de insegurança alimentar e nutricional enfrentadas por essa parcela da população.

2.2.2.8. O objeto a ser licitado guarda relação com o Estudo Técnico Preliminar realizado pelo órgão, que demonstra a necessidade da contratação.

### **2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO**

2.3.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026, com o ID 06307102000130-0-000018/2026, item nº 4 do PCA, classe 1749 — Fornecimento de Suplemento Alimentar.

## **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame será de **1 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP** (Portal Nacional de Contratações Públicas), podendo ser prorrogada por igual período, com renovação de quantitativo, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

3.2. A presente contratação destina-se à satisfação de necessidade pública constante e essencial, de demanda flutuante, relacionada à execução continuada da política municipal de segurança alimentar (Programa Mesa Farta). Não se trata, contudo, de serviço de natureza continuada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mas de fornecimento parcelado de bem de consumo, de aquisição frequente, cuja quantidade exata não é possível definir previamente — circunstância que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços, na forma do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Eventual contrato decorrente da Ata observará os prazos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo a essencialidade do objeto fundamentada nos prejuízos que adviriam à Administração no caso de eventual paralisação do Programa Mesa Farta, comprometendo o funcionamento de atividades finalísticas da SEMSA.

3.4. Consigna-se, expressamente, a possibilidade de renovação dos quantitativos por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, na forma do art. 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.276/2026, observados: (i) a manutenção da vantajosidade do preço registrado, devidamente comprovada por pesquisa de mercado atualizada; (ii) a anuência do fornecedor beneficiário; (iii) a disponibilidade orçamentária; e (iv) a justificativa técnica acerca da persistência da demanda e dos parâmetros que sustentaram o quantitativo original. A renovação não desnatura o caráter estimativo do registro nem implica obrigação de aquisição integral.

## **4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **4.1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Sobre a adoção do SRP, o art. 27 do **Decreto Municipal nº 62.276/2026** dispõe o seguinte:

Art. 27. O SRP será adotado preferencialmente quando:

I – pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes;

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.2. No caso concreto, a hipótese amolda-se aos incisos I, II e IV do dispositivo transcrito, dada a necessidade de contratações frequentes, a previsão de entregas parceladas e a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, em razão da oscilação do número de beneficiários da política municipal de segurança alimentar.

4.3. A flexibilidade para ajustar quantidades conforme a demanda ao longo do contrato também representa um diferencial importante, pois torna possível adequar os pedidos à realidade das necessidades emergenciais da população.

4.4. Verifica-se que a quantidade solicitada permite aos licitantes a oferta integral do quantitativo requerido, tendo em vista, o fato de que as quantidades serão entregues sob demanda e com agendamento programado. Nessa condição as empresas do ramo conseguem ofertar todo o quantitativo ao longo da execução, que tem natureza estimativa e que poderá ser em entregue na totalidade até o final da vigência da ata, cenário em que se que não há necessidade de especificar quantidade mínima a ser cotada, o que está em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência, evitando a fragmentação desnecessária das propostas e promovendo a competitividade entre os participantes.

4.5. A contratação para o fornecimento de 50.000 (cinquenta mil) unidades de leite em pó integral será realizada por **único fornecedor**, considerando os seguintes fatores:

- **Padronização e qualidade do produto:** a aquisição em lote único garante que todo o fornecimento siga os mesmos padrões de qualidade, com as licenças sanitárias, espécie, tamanho e condições de armazenamento, evitando discrepâncias entre diferentes fornecedores.
- **Logística e distribuição eficiente:** a centralização da compra possibilita melhor planejamento logístico, reduzindo custos operacionais e facilitando a entrega em tempo hábil, sem risco de desabastecimento.
- **Economia de escala:** a contratação de único fornecedor permite melhores negociações de preços, otimizando recursos públicos e garantindo valor mais competitivo em relação a compras fracionadas, trazendo vantagem econômica e financeira para a Administração.
- **Controle e rastreabilidade:** a manutenção de um único fornecedor facilita a fiscalização e o controle de qualidade do produto, evitando problemas com diferentes padrões de armazenamento e transporte.

4.6. O fracionamento da contratação poderia gerar diversas dificuldades operacionais e administrativas, tais como:

- **Diferença de qualidade entre lotes:** fornecedores distintos podem fornecer produtos com variações de frescor, origem e processamento, comprometendo a padronização do fornecimento.
- **Aumento dos custos administrativos:** a necessidade de gerir vários contratos simultaneamente aumentaria a burocracia e os custos indiretos de fiscalização e acompanhamento.
- **Problemas logísticos:** a entrega parcelada por fornecedores diferentes poderia gerar dificuldades na distribuição, causando atrasos e comprometendo o abastecimento planejado.

- **Risco de descontinuidade no fornecimento:** em caso de inadimplência ou falha de um dos fornecedores, a cadeia de abastecimento poderia ser prejudicada, afetando a execução do programa de distribuição de leite.

Importante destacar que o não parcelamento do objeto não se confunde com a forma de execução contratual.

A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada, com entregas sucessivas realizadas conforme a demanda da Administração, sendo tal sistemática viabilizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, distingue-se:

- **Parcelamento do objeto:** divisão da contratação entre múltiplos fornecedores, o que não se aplica ao presente caso;
- **Execução contratual parcelada:** realização de entregas fracionadas ao longo da vigência contratual, conforme a necessidade da Administração.

Assim, conclui-se que não é recomendável o parcelamento do objeto, sendo, contudo, adequada a execução parcelada do fornecimento, de modo a garantir eficiência, economicidade e continuidade das ações do Programa Mesa Farta.

#### **4.7. DA POLÍTICA DE ADESÃO À ATA (CARONA) E DA RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS**

4.7.1. Em conformidade com o art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, admite-se a adesão à futura Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento, condicionada à prévia consulta e à anuência expressa do órgão gerenciador — Central Permanente de Licitação de São Luís —, bem como à aceitação pelo fornecedor beneficiário, observadas as condições do art. 86, §§ 2º a 6º, da referida Lei.

4.7.2. Eventual renovação dos quantitativos por ocasião da prorrogação da vigência da Ata observará o disposto no item 3.4 deste Termo de Referência e no art. 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

#### **5. JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

5.1. Não é recomendável a divisão de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito na alínea "a" do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021. A constituição de cotas reservadas, prevista no inciso III do art. 48 da LC 123/2006, mediante a divisão de cada item em duas cotas distintas (reservada de até 25% e principal de 75%), ocasiona, na prática, a multiplicação — por dois — dos itens originalmente previstos, podendo redundar, ainda, na formalização de contratos com empresas diferentes, para a entrega de produto não necessariamente idêntico — ainda que similar — e com preços unitários diversos, o que pode virtualmente inviabilizar não apenas a logística de entrega dos bens, como a própria gestão dos contratos advindos do certame. Tal situação é altamente custosa administrativamente. Outro risco a que se submete a Administração, no presente processo, caso se opte pela formação de cotas, seria de mercado, na medida em que empresas fornecedoras, na qualidade de ME/EPP, possuem limitações econômico-financeiras, estruturais e de logística — inerentes ao porte de tais empreendimentos — resultando, ao cabo, em baixa capacidade de fornecimento e em prejuízo ao atendimento das necessidades da Administração. Tal situação possui alto

potencial de aumentar as chances de itens licitados serem, ao final, fracassados, ou de a execução dos contratos apresentar níveis de serviços logísticos aquém dos critérios estabelecidos no Edital.

5.2. Dessa forma, pelo quanto exposto, considerando toda a logística de execução do objeto, a divisão em cotas não se mostra vantajosa para a Administração.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**6.1.** A solução consiste na aquisição de 50.000 (cinquenta mil) unidades de leite em pó integral, acondicionadas em embalagens de 800 g (oitocentos gramas), mediante Registro de Preços, com fornecimento parcelado conforme a demanda da Administração, para distribuição direta à população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar atendida pelo Programa Mesa Farta, da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar — SEMSA.

**6.2.** A solução compreende o seguinte ciclo operacional, considerado desde a origem do fornecimento até a entrega ao beneficiário final:

**6.2.1. Aquisição e acionamento do fornecedor:** o fornecedor registrado será acionado por meio de Ordens de Fornecimento emitidas pelo gestor do contrato, conforme o planejamento de distribuição e a demanda efetiva do Programa Mesa Farta. O quantitativo de cada Ordem será definido com base no cronograma de atendimento aos bairros contemplados e na capacidade de armazenamento da SEMSA, de modo a evitar tanto o desabastecimento quanto o estoque excessivo.

**6.2.2. Entrega e recebimento:** o fornecedor entregará o produto, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, na sede da SEMSA (Av. João Pessoa, nº 280, Cutim Anil) ou nos pontos indicados pela equipe gestora nos bairros contemplados, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, em veículos adequados e higienizados. O descarregamento ficará a cargo do fornecedor. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e verificação das condições da embalagem, do lacre, da identificação e do prazo de validade; o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após inspeção de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações.

**6.2.3. Armazenamento:** após o recebimento, os produtos serão armazenados pela SEMSA em condições adequadas de conservação (local seco, arejado, protegido de luz direta e umidade), até a distribuição aos beneficiários, não se exigindo controle de temperatura em razão da natureza não perecível do produto.

**6.2.4. Distribuição aos beneficiários:** a distribuição do leite em pó será realizada pela equipe do Programa Mesa Farta nos bairros definidos pela SEMSA (Zona Rural, Cajupari, Cinturão Verde, Estiva, Coquilho, Liberdade, Camboa, Ilhinha, Residencial Jackson Lago, Sacavém, Vila Embratel, Itaqui-Bacanga, Gapara e São Raimundo, admitida a inclusão de novas localidades), com base nos cadastros das famílias acompanhadas pelos CRAS e nos atendimentos da equipe técnica da SEMSA. Cada unidade de leite em pó integrará o kit nutricional do Programa, complementando os demais itens já distribuídos (cestas básicas, frango e peixe).

**6.3.** A embalagem primária deverá ser do tipo laminada ou aluminizada, hermeticamente fechada, atóxica e resistente, garantindo proteção contra umidade, luz, oxidação e contaminações externas. A embalagem secundária consistirá em sacolas brancas reforçadas de 2 kg, com os dizeres: "*Município de São Luís — Secretaria Municipal de Segurança Alimentar — SEMSA — Programa Mesa Farta — Distribuição Gratuita — Venda Proibida*", conforme layout descrito no Apêndice II.

**6.4.** A adoção do Sistema de Registro de Preços — SRP justifica-se pela demanda flutuante e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser consumido, nos termos do art. 82, IV, da Lei nº 14.133/2021, conferindo à Administração a flexibilidade de adequar as aquisições à evolução da

demanda sem obrigação de aquisição integral. A modalidade Pregão Eletrônico decorre do enquadramento do objeto como bem comum (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021), conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar que instrui este processo.

**6.5.** Conforme apurado no levantamento de mercado (ETP, item 5), o mercado fornecedor é maduro, regulado e competitivo, composto por múltiplas indústrias com registro no MAPA/SIF e por ampla rede de distribuidoras atacadistas, não havendo restrição de oferta para o quantitativo estimado.

**6.6.** A solução não envolve a aquisição de bens ou serviços acessórios, não demanda infraestrutura específica além da já existente na SEMSA e não gera obrigações tecnológicas ou de transferência de conhecimento, tratando-se de fornecimento direto de bem de consumo, de natureza simples e de execução autossuficiente.

**6.7.** Dessa forma, a opção pelo Registro de Preços mediante Pregão Eletrônico para o fornecimento de leite em pó de forma parcelada, destaca-se como estratégia eficaz que alinha a necessidade urgente de apoio à população vulnerável aos princípios de eficiência, transparência e responsabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados corretamente em benefício do interesse público.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Além dos critérios de inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos do produto:

**7.1.1.** O produto deverá ser leite em pó integral, obtido por processo de desidratação do leite fluido, garantindo a eliminação de microrganismos e a preservação das características nutricionais do alimento.

**7.1.2.** O peso líquido por unidade deverá ser de 800 (oitocentos) gramas, admitida variação conforme a legislação vigente aplicável à rotulagem de produtos alimentícios.

**7.1.3.** A data de validade do produto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de fabricação ou, no ato da entrega, apresentar prazo remanescente não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total.

**7.1.4.** A composição do produto deverá corresponder a 100% leite, com teor de gordura compatível com leite em pó integral (aproximadamente entre 26% e 28%), atendendo aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

**7.1.5.** O rótulo deverá apresentar, de forma clara e adequada, todas as informações obrigatórias, incluindo composição nutricional, identificação de origem, dados do fabricante, lote, data de fabricação e validade, conforme normas da ANVISA e do MAPA.

**7.1.9.** O fornecedor deverá apresentar documentação que comprove a adoção de boas práticas de fabricação e controle de qualidade, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

**7.1.7.** As características organolépticas do produto, como cor, odor e aspecto, deverão estar dentro dos padrões normais para leite em pó integral, não sendo admitidos sinais de alteração, umidade, empedramento ou presença de odores estranhos.

**7.1.8.** O produto deverá ser fornecido em condições adequadas de armazenamento e transporte, garantindo a integridade da embalagem e a proteção contra umidade, calor excessivo e contaminação, não sendo exigido controle de temperatura, em razão da natureza não perecível do produto.

### **7.2. Requisitos de Sustentabilidade**

7.2.1. Em consonância com o art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), serão observadas as seguintes medidas de mitigação dos impactos ambientais associados à contratação:

- priorização, sempre que possível, de fornecedores que adotem práticas produtivas sustentáveis e eficiência energética;
- preferência por embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, com rotulagem que permita a destinação adequada;
- otimização das rotas de transporte e distribuição, reduzindo o consumo de combustível e as emissões;
- ações de conscientização sobre a destinação correta das embalagens entre os beneficiários do Programa Mesa Farta.

### **7.3. Condições de embalagem**

**7.3.1. Embalagem primária** - Deverá ser adequada para acondicionamento de produtos secos, do tipo laminada ou aluminizada, hermeticamente fechada, atóxica e resistente, garantindo proteção contra umidade, luz, oxidação e contaminações externas. As embalagens deverão estar íntegras, sem sinais de violação, rasgos, furos, estufamento ou qualquer dano que comprometa a qualidade do produto. O produto deverá estar acondicionado em sua embalagem original, devidamente lacrada, contendo identificação do lote, data de fabricação e prazo de validade, assegurando a integridade e a segurança do alimento até o momento do consumo.

**7.3.2. Embalagem secundária** - A embalagem será em sacolas brancas reforçadas de 2 kg, devendo conter os dizeres: "Município de São Luís – Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA – Programa Mesa Farta – Distribuição Gratuita – Venda Proibida", com layout descrito no Apêndice II integrante deste Termo de Referência. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração.

**7.3.3 Rotulagem:** - O leite em pó integral, acondicionado em embalagem de 800 (oitocentos) gramas, deverá apresentar rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, em especial as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, contendo, de forma clara, legível e indelével, no mínimo, as seguintes informações:

- Denominação de venda do produto;
- Lista de ingredientes;
- Informação nutricional obrigatória;
- Identificação da presença de alergênicos, conforme legislação vigente;
- Conteúdo líquido;
- Data de fabricação e prazo de validade;
- Número do lote;
- Identificação do fabricante ou distribuidor, com razão social, CNPJ e endereço;
- Número de registro ou inspeção no órgão competente (MAPA/SIF ou equivalente);
- Condições de conservação e armazenamento;
- Instruções de preparo e uso, quando aplicável;
- Indicação do país de origem.

### **7.4. Requisitos de Habilitação**



7.4.1. Os fornecedores deverão estar devidamente habilitados quanto à regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

#### **7.5. Requisitos de Qualidade**

7.5.1. Devem se atentar aos requisitos mínimos de padrão de qualidade, pois, durante o recebimento, os produtos e suas respectivas embalagens serão submetidos à inspeção.

7.5.2. A CONTRATADA deverá ter equipe própria para realizar o descarregamento dos produtos no local indicado na Ordem de Fornecimento.

#### **7.6. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:**

7.6.1. O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra previamente à fase de habilitação, sendo vedadas a sua solicitação ou o seu envio após essa etapa, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

7.6.2. As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. dos Holandeses, quadra 36, Lotes 1 a 14 – Quintas do Calhau, São Luís – MA, CEP 65071-380, no prazo limite de 03 (três) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, devendo encaminhar o código de rastreio para o e-mail do Pregoeiro responsável.

7.6.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada do interessado, antes de findo o prazo.

7.6.4. No caso de não haver entrega da amostra, de ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita ou de a amostra ser entregue fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

7.6.5. As amostras serão avaliadas por equipe técnica designada pela Administração, com base em critérios objetivos e mensuráveis, conforme os parâmetros a seguir:

I – Embalagem: tipo laminada ou aluminizada; vedação hermética; ausência de furos, rasgos, estufamento ou violação; presença de rotulagem obrigatória (lote, validade, fabricante, composição).

II – Peso líquido: unidade com 800 g, admitida variação conforme legislação vigente.

III – Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a partir da fabricação ou, no ato da entrega, pelo menos 75% da validade total.

IV – Características físicas: produto em pó fino, homogêneo e solto; ausência de empedramento excessivo ou umidade; cor uniforme, do branco ao levemente amarelado; ausência de corpos estranhos.

V – Características sensoriais: odor característico de leite em pó; ausência de odores estranhos (ranço, mofo ou fermentação).

VI – Solubilidade: capacidade de dissolução em água, sem formação excessiva de grumos ou resíduos.

VII – Conformidade: produto compatível com leite em pó integral, conforme especificações deste Termo de Referência.

7.6.6. Será considerada APROVADA a amostra que atender integralmente aos critérios estabelecidos, e REPROVADA aquela que apresentar qualquer desconformidade.

7.6.7. Os resultados das avaliações serão divulgados pelo Pregoeiro por meio de mensagem no chat do sistema.

7.6.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

7.6.9. As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser submetidas a testes, análises sensoriais, verificação de solubilidade e demais avaliações técnicas previstas neste Termo de Referência, sendo consumidas ou inutilizadas no processo de análise, sem que isso gere direito a ressarcimento por parte do fornecedor.

7.6.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras passíveis de devolução deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 07 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.6.11. A análise das amostras observará critérios objetivos, vedada qualquer avaliação subjetiva ou não prevista neste Termo de Referência.

#### **7.7. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:**

7.7.1. Não será exigida carta de solidariedade.

#### **7.8. CONSÓRCIO:**

7.8.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto possui natureza comum, baixa complexidade operacional e ampla oferta no mercado, sendo plenamente possível sua execução por empresas individualmente consideradas, sem prejuízo à competitividade do certame.

7.8.2. A vedação à participação de consórcio no presente procedimento licitatório não limita a competitividade.

#### **7.9. SUBCONTRATAÇÃO:**

7.9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **7.10. GARANTIA DOS PRODUTOS:**

7.10.1. O leite em pó integral, acondicionado em embalagens de 800 g, deverá ser entregue em perfeitas condições de consumo, com garantia de qualidade e segurança alimentar durante todo o período de validade. No ato da entrega, o produto deverá apresentar prazo de validade compatível com sua natureza, recomendando-se mínimo de 12 (doze) meses ou, alternativamente, prazo remanescente não inferior a 75% de sua validade total.

7.10.2. As embalagens deverão estar íntegras, lacradas, sem sinais de violação, umidade, estufamento ou qualquer tipo de avaria que comprometa a qualidade do produto. O fornecedor será responsável pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer unidades que apresentem defeitos, vícios, alteração de características sensoriais (odor, cor, sabor) ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.10.3. O produto deverá atender às condições estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, especialmente à Instrução Normativa nº 53/2018, bem como às normas sanitárias vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, garantindo sua qualidade desde a fabricação até a entrega final.

#### **7.11. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.11.1. Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos do artigo 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1. CONDIÇÕES DA ENTREGA**

8.1.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data e o horário previstos para a entrega dos bens, para fins de organização logística e acompanhamento da fiscalização contratual.

8.1.2. Os produtos (leite em pó integral) serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, na cidade de São Luís/MA, na sede da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA e/ou nos pontos previamente indicados pela equipe gestora nos bairros contemplados pelo Programa Mesa Farta, mediante conferência quantitativa e verificação preliminar das condições das embalagens quanto à integridade, ao lacre, à identificação e ao prazo de validade.

8.1.3. O recebimento definitivo observará os critérios, condições e prazos previstos no item 10.1 deste Termo de Referência, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos fornecidos.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências destinadas à verificação do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. Os meios de transporte utilizados para o fornecimento do leite em pó deverão apresentar condições adequadas de higiene e conservação, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias para garantir a integridade dos produtos, bem como a ausência de vetores, pragas urbanas, umidade, contaminação ou qualquer situação que comprometa a qualidade e a segurança alimentar.

8.1.6. O gestor do contrato designará servidor ou colaborador responsável para acompanhar a pesagem, o armazenamento e o eventual reembalamento dos produtos, ocasião em que será verificada a conformidade das condições de guarda e armazenamento.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e da regulamentação municipal, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (quando houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **9.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

9.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal técnico anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para tanto.

9.7.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.7.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **9.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

9.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8.3. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

### **9.9. GESTOR DO CONTRATO**

9.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao

seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso.

9.9.5. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **10.1. RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data prevista para a entrega dos bens, para fins de organização logística e acompanhamento da fiscalização contratual.

10.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega regular e integral dos bens aceitos pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.6. Na hipótese de rejeição total ou parcial dos bens, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso até que a CONTRATADA promova a substituição integral do objeto rejeitado e seja constatada a conformidade da nova entrega.

10.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal naquilo que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10.2. LIQUIDAÇÃO**

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

10.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (1) o prazo de validade; (2) a data da emissão; (3) os dados do contrato e do órgão contratante; (4) o período respectivo de execução do contrato; (5) o valor a pagar; e (6) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: (a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; (b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência do contratado, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **10.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto neste instrumento.

10.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = (TX/365)$ ; TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### **10.4. FORMA DE PAGAMENTO**

10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **10.5. DO REAJUSTE**

10.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.5.2. Após o intervalo de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA Geral, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **11.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS**

11.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente instrumento.

11.1.2. O objeto a ser adquirido enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de PREGÃO ELETRÔNICO.

11.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

11.1.4. Será adotado o modo de disputa ABERTO E FECHADO.

11.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

## **12. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

### **12.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

12.1.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

12.1.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação, pelo licitante, de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II – Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

III – Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.1.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.1.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).



12.1.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, § 6º).

## **12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.2.1. Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

12.2.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.2.3. O licitante deverá, ainda, apresentar documentação que comprove que o produto ofertado possui registro ou está devidamente regularizado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, por meio do Serviço de Inspeção Federal – SIF ou serviço de inspeção equivalente (estadual ou municipal), quando aplicável.

12.2.4. O licitante deverá assegurar que o leite em pó integral ofertado atende aos requisitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 53/2018 do MAPA, bem como às normas sanitárias vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente no que se refere às condições de produção, armazenamento, transporte e comercialização.

## **13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 13.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 13.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV – Multa.

13.3. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. O Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. São obrigações da Contratante, além das constantes do Edital e de seus anexos:

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;

14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.6. Comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal naquilo que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

14.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.10. Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

14.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

14.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;

14.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

14.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.4. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, acompanhados da devida comprovação.

15.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.6. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, bem como efetuar a sua substituição, às suas expensas, no prazo estipulado no Edital, após a comunicação da Administração, de qualquer produto entregue que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

15.7. Entregar os produtos observando que o acondicionamento e o transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e de variações de temperatura;

15.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: (1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; (2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; (3) certidões que

comproven a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; (4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e (5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

15.12. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

15.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

15.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

15.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

15.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

15.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

15.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

15.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **16. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.768.000,00 (um milhão, setecentos sessenta oito mil reais), conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Municipal.

17.2. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Municipal e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **18. DOS APÊNDICES**

18.1. Integram este Termo de Referência:

**APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária**

**APÊNDICE II – Layout da Embalagem Secundária**

### **ELABORADO POR:**

Documento assinado digitalmente  
**ANA CRISTINA MAGALHÃES**  
Data: 27/05/2026 10:08:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cristina Magalhães

Agente de Contratação – Matrícula 17974

### **APROVAÇÃO:**

Considerando todas as informações dispostas no presente documento, APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA, conforme estabelece a legislação vigente.

Dilmar Sousa Araújo

Secretário Municipal de Segurança Alimentar

Documento assinado digitalmente  
**DILMAR SOUSA ARAUJO**  
Data: 27/05/2026 13:00:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**APÊNDICE I – PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant.</b>	<b>R\$ Unit.</b>
1	Leite em pó integral 800 gramas	UNIDADE	50.000	R\$ 35,36

**R\$ Total: R\$ 1.768.000,00**

**Valor Total: R\$ 1.768.000,00**

## **APÊNDICE II – LAYOUT DA EMBALAGEM SECUNDÁRIA**

### **Embalagem primária:**

Embalagem tipo laminada ou aluminizada, hermeticamente fechada, atóxica e resistente, garantindo proteção contra umidade, luz, oxidação e contaminações externas. As embalagens deverão estar íntegras, sem sinais de violação, rasgos, furos, estufamento, amassado ou qualquer dano que comprometa a qualidade do produto. O produto deverá estar acondicionado em sua embalagem original, devidamente lacrada, com a sua rotulagem contendo as seguintes informações:

Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo das embalagens, deverão constar de forma clara e indelével as seguintes informações:

- a) Declarar marcas;
- b) Identificação do fabricante;
- c) Nome e endereço do fabricante;
- d) Data de validade e/ou prazo máximo para consumo;
- e) Peso líquido;
- f) Condições de armazenamento e empilhamento máximo;
- g) Carimbo/número do SIF ou selo de inspeção;
- h) Número do lote (quando utilizado) nos quantitativos.

### **Embalagem secundária:**

A embalagem será em sacolas brancas reforçadas de 2 kg, modelo camiseta em polipropileno, capacidade de 2 kg, com dimensões de 24 x 34 cm, de cor branca, e a logomarca com a dimensão 17 x 7 cm. A fonte do nome da Prefeitura é a padronizada. A que leva o nome "Mesa Farta" é Open Sans 26 — Aplicativo Canva Pro.

**"Programa Mesa Farta – Distribuição Gratuita – Venda Proibida".**





**"Programa Mesa Farta- Distribuição  
Gratuita- Venda Proibida"**





## “Programa Mesa Farta- Distribuição Gratuita- Venda Proibida”



## “Programa Mesa Farta- Distribuição Gratuita- Venda Proibida”





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.037/2026/ – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Srº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, telefone/WhatsApp \_\_\_\_\_, interessada na \_\_\_\_\_, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à \_\_\_\_\_, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX XXX	XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXXXXX
(...)						
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						XXXXXX

1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);
2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: de acordo com o *Termo de Referência*;
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme *Termo de Referência*;
4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:
5. DADOS BANCÁRIOS:
  - Banco:
  - Código:
  - Agência:
  - Conta Corrente:
  - CPF/CNPJ:
  - Nome/Razão Social:
6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:
  - Nome completo:
  - Endereço:
  - RG / CPF:
  - Cargo / Função:
  - Telefone/WhatsApp (atualizado):
  - E-mail (atualizado):

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/20XX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.037/2026/CPL/PMSL**

**Processo Administrativo SEI nº 24101.000042/2026.**

**Órgão Gerenciador:** Central Permanente de Licitação do Município de São Luís - MA.

**Órgão(s) Participante(s):** \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, instituição criada e constituída nos termos da Lei nº 4.537, de 16 de novembro de 2005, com sede na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, neste ato representada pela Presidente, a **Srª. Silvana Carla Costa dos Santos**, inscrita no CPF Nº 488.045.843-00, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.037/2026/CPL/PMSL** e a respectiva homologação, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa beneficiária indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais nº **60.155/2024**, de 09 de fevereiro de 2024 e **62.276/2026** de 20 de fevereiro de 2026, alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para ..... para atender as necessidades da ....., especificados nos itens ..... do **Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico - SRP n.º 90.037/2026/CPL/PMSL** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DO BENEFICIÁRIO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O beneficiário, os preços registrados, os quantitativos e as especificações do objeto da licitação referente a proposta de preços da beneficiária desta Ata, estão registrados conforme segue:

<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA:</b>	
<b>CNPJ Nº</b>	<b>PORTE:</b>



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

<b>TELEFONE:</b> .	<b>E-MAIL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>RG Nº:</b>	<b>CPF:</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a Central Permanente de Licitações do Município de São Luís – MA.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 4.1**.

4.6. **Dos limites para as adesões.**

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **subitem 4.6.2**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.7. **Da vedação a acréscimos de quantitativos**

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do art. 20, do Decreto Municipal 62.276/2026.

**5. DA VALIDADE E DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com possibilidade de renovação dos quantitativos registrado, nos termos do art. 28 do Decreto Municipal nº 62.276/2026.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o **subitem 5.3** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

5.6. O registro a que se refere o **subitem 5.5.1** tem por objetivo o registro dos licitantes remanescentes para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes remanescentes somente será efetuada quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no Edital*; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da Licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:





**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

5.13.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, sem prejuízo à tentativa de negociação para redução de preços, para assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **subitem 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **subitem 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **subitem 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 7.2** e no **subitem 7.2.1**, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

8.2.2. De órgão participante para órgão não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **subitem 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 41, inciso III, do Decreto nº 62.276/2026.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **subitens 9.1.1., 9.1.2., 9.1.3. e 9.1.4** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. A ARP será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.5.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

9.5.2. Pelo esgotamento do saldo quantitativo registrado;

9.5.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

9.5.4. Por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução de obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

9.5.5. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.5.5.1. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.5.2. O cancelamento do registro de preços por fatos previstos no inc. IV deste artigo poderá ocorrer a pedido do fornecedor, desde que apresentadas as justificativas e provas das alegações.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO I AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

---

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís – MA, na data da assinatura eletrônica.

**Silvana Carla Costa dos Santos**  
**Presidente da CPL**

---

**Beneficiário**

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR — ETP

(Lei nº 14.133/2021, art. 18, § 1º)

DADOS GERAIS	Conteúdo
Unidade Requisitante	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar — SEMSA (CNPJ 06.307.102/0001-30)
Processo SEI	24101.000042/2026
Equipe de Planejamento da Contratação	Ana Cristina Magalhães; Diego Almeida Moreira de Sousa; Fernando Ribeiro Guimarães Júnior.

## INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Segurança Alimentar — SEMSA executa ações permanentes voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada, atendendo famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social por meio de programas de assistência e segurança alimentar. Constatou-se, no momento, a inexistência de estoque de leite em pó integral, produto essencial à operacionalização das ações da Secretaria. A ausência do item compromete o atendimento regular dos programas sociais e pode acarretar a interrupção da distribuição de alimentos, com prejuízos diretos à população beneficiária — notadamente crianças, idosos e famílias em situação de insegurança alimentar. Impõe-se, assim, a adoção de medidas administrativas para o suprimento do produto.

Em atendimento ao art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar caracteriza a primeira etapa do planejamento da contratação e busca identificar a melhor solução para o atendimento da necessidade descrita, à luz do interesse público, observando rigorosamente a sequência dos incisos I a XIII do referido dispositivo.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - (Art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A SEMSA possui a responsabilidade institucional de assegurar o acesso regular a alimentos de qualidade à população em situação de vulnerabilidade social no Município de São Luís. O fornecimento regular e adequado de leite em pó integral constitui componente essencial do atendimento nutricional dessas famílias, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e para a melhoria das condições de vida.

A ação integra o Programa Mesa Farta, iniciativa estratégica da SEMSA que dispõe de recursos financeiros específicos para a aquisição de leite, destinados à distribuição direta à população vulnerável.

Trata-se de necessidade de caráter constante e essencial, porém de demanda flutuante, uma vez que o número de beneficiários oscila conforme a evolução dos indicadores sociais e a ocorrência de situações de risco (enchentes, alagamentos, incêndios, deslizamentos e agravamento da insegurança alimentar). Por essa razão, faz-se imprescindível o planejamento e o registro prévio das quantidades, mediante Sistema de

Registro de Preços, assegurando suprimento eficiente e a manutenção das políticas públicas de assistência alimentar, sem a obrigação de aquisição de quantitativo fixo predeterminado.

## **2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL — PCA (Art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026, sob o ID 06307102000130-0-000018/2026, item nº 4 do PCA, classe 1749 — Fornecimento de Suplemento Alimentar, em conformidade com o art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 60.078/2024.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

### **3.1. Requisitos técnicos do produto**

Os requisitos a seguir destinam-se a garantir que o produto atenda às necessidades nutricionais da população beneficiária, assegurando qualidade e conformidade com as normas aplicáveis:

- Leite em pó integral, obtido por processo de desidratação do leite fluido, com preservação das características nutricionais do alimento;
- Peso líquido de 800 (oitocentos) gramas por unidade, admitida a variação prevista na legislação de rotulagem de produtos alimentícios;
- Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da fabricação ou, no ato da entrega, prazo remanescente não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total;
- Composição correspondente a 100% leite, com teor de gordura compatível com o leite em pó integral (aproximadamente entre 26% e 28%), conforme padrões do Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA;
- Rotulagem com todas as informações obrigatórias (composição nutricional, origem, dados do fabricante, lote, fabricação e validade), nos termos das normas da ANVISA e do MAPA;
- Comprovação de adoção de boas práticas de fabricação e controle de qualidade, em conformidade com a legislação sanitária vigente;
- Características organolépticas (cor, odor e aspecto) dentro dos padrões do leite em pó integral, sem sinais de alteração, umidade, empedramento ou odores estranhos;
- Fornecimento em condições adequadas de armazenamento e transporte, não se exigindo controle de temperatura, em razão da natureza NÃO perecível do produto.



### **3.2. Natureza, regime e vigência da contratação**

A contratação destina-se à satisfação de necessidade pública constante e essencial, de demanda flutuante, relacionada à execução continuada da política de segurança alimentar (Programa Mesa Farta). Não se trata, todavia, de serviço de natureza continuada no sentido dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mas de fornecimento parcelado de bem de consumo, de aquisição frequente, cuja quantidade exata não é possível definir previamente — circunstância que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços (art. 82 da Lei nº 14.133/2021).

Portanto, a vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.276/2026. Eventual contrato dela decorrente observará os prazos do art. 105 da mesma Lei.

Consigna-se, expressamente, a previsão de renovação dos quantitativos por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, na forma do art. 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.276/2026, observados: (i) a manutenção da vantajosidade do preço registrado, devidamente comprovada por pesquisa de mercado atualizada; (ii) a anuência do fornecedor beneficiário; (iii) a disponibilidade orçamentária; e (iv) a justificativa técnica acerca da persistência da demanda e dos parâmetros que sustentaram o quantitativo original. A renovação não desnatura o caráter estimativo do registro nem implica obrigação de aquisição integral.

O fornecimento deverá observar práticas de abastecimento sustentável, priorizando, sempre que possível, produtos provenientes de cadeias produtivas regulares e responsáveis. O produto deverá permitir rastreabilidade por meio da identificação de lote e data de fabricação, possibilitando o controle de qualidade e eventual recolhimento.

### **3.3. Definição dos bairros e dos beneficiários**

A distribuição será realizada nos bairros definidos pela SEMSA, com base em critérios técnicos e sociais, priorizando fatores que agravam a vulnerabilidade local (enchentes, alagamentos, incêndios, deslizamentos e insegurança alimentar severa). A definição dos bairros e do número de pessoas a serem atendidas apoia-se nos cadastros das famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e nos atendimentos da equipe técnica da SEMSA. Nesta etapa, contemplam-se os bairros: Zona Rural, Cajupari, Cinturão Verde, Estiva, Coquilho, Liberdade, Camboa, Ilhinha, Residencial Jackson Lago, Sacavém, Vila Embratel, Itaqui-Bacanga, Gapara e São Raimundo, admitida a inclusão de novas localidades conforme o monitoramento contínuo dos indicadores sociais.

### **3.4. Local, modo de fornecimento e embalagem**

A entrega será parcelada, na sede da Contratante (Av. João Pessoa, nº 280, Cutim Anil) e nos bairros previamente definidos pelo gestor, de segunda-feira a sexta, das 8h às 17h, em veículos adequados e higienizados. A embalagem primária deverá ser laminada ou aluminizada, hermeticamente fechada, atóxica e resistente, protegendo contra umidade, luz e oxidação; a embalagem secundária consistirá em sacolas reforçadas de 2 kg, com os dizeres “Município de São Luís — SEMSA — Programa Mesa Farta — Distribuição

Gratuita — Venda Proibida”. Não serão aceitas embalagens violadas, rasgadas, furadas, estufadas ou que exponham o produto à contaminação.

#### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO (Art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)**

Em atendimento ao art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, que exige a estimativa das quantidades acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, registra-se a metodologia adotada para a definição do quantitativo desta contratação.

##### **4.1. Da inexistência de série histórica e da fonte de dados adotada**

A SEMSA não dispõe, nesta data, de série histórica consolidada de consumo do item, porquanto a última contratação de leite em pó ocorreu no exercício de 2022, sem dados sistematizados aptos a fundamentar projeção estatística própria. Diante dessa limitação — e em consonância com o art. 18, § 1º, IV, “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, que admite a fundamentação do quantitativo em dados concretos disponíveis —, a estimativa apoiou-se em fonte de dados externa, oficial e idônea, qual seja, os indicativos de público em situação de insegurança alimentar fornecidos à SEMSA pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Secretaria Municipal de Saúde, órgãos que detêm e mantêm os cadastros e os indicadores sociais do Município.

Esses dados populacionais de vulnerabilidade não foram até o momento produzidos pela SEMSA, mas pelos órgãos municipais responsáveis pela política de assistência social e de saúde, que foram repassados a esta Secretaria e já serviram de base para o dimensionamento de suas ações, como ocorreu no contrato de fornecimento de peixe e de cestas básicas.

##### **4.2. Do parâmetro de consistência: alinhamento ao quantitativo das cestas básicas**

Como parâmetro de consistência, adotou-se o mesmo universo de beneficiários já dimensionado para a distribuição de cestas básicas do Programa Mesa Farta, cujo quantitativo foi calculado a partir dos mesmos indicativos das Secretarias de Assistência Social e de Saúde. Trata-se de público-alvo idêntico — famílias e indivíduos em insegurança alimentar atendidos pelo mesmo programa —, de modo que a equivalência entre o número de unidades de leite em pó e o número de cestas básicas é tecnicamente coerente: cada núcleo familiar atendido pela cesta básica é, em regra, o mesmo destinatário do leite em pó, item complementar da cesta nutricional.

##### **4.3. Demonstrativo da estimativa**

Com base nos elementos acima, o quantitativo foi assim estimado:

<b>Parâmetro</b>	<b>Referência / fonte</b>	<b>Quantitativo</b>
Universo de beneficiários do Programa Mesa Farta	Indicativos da SEMCAS e da SEMUS que fundamentaram o	Conforme contratos em anexo

Parâmetro	Referência / fonte	Quantitativo
	público dimensionado para o recebimento do peixe e das cestas básicas	
Unidades de leite em pó (800 g) por núcleo/período	Critério técnico-nutricional da SEMSA	Conforme distribuição planejada
<b>Quantitativo total estimado para o período de 12 meses</b>	<b>Estimativa máxima para registro (SRP)</b>	<b>50.000 unidades</b>

Frise-se que o quantitativo de 50.000 (cinquenta mil) unidades representa estimativa máxima para fins de registro, e não compromisso de aquisição integral. A contratação efetiva observará a demanda real, mediante emissão de Ordens de Fornecimento ao longo da vigência da Ata, o que mitiga os riscos de superestimativa e de desabastecimento.

*- Observação quanto à base de dados própria: a SEMSA desenvolveu aplicativo para cadastramento direto dos usuários, atualmente em fase de construção da base de dados própria. Concluída essa implantação, as contratações futuras poderão substituir os indicativos externos por série histórica própria, aperfeiçoando o dimensionamento.*

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)**

### **5.1. Marco conceitual e metodologia**

Nos termos do art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado consiste “na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar”. Em complemento, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, no art. 9º, III, “a”, recomenda que sejam consideradas, prioritariamente, as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, no contexto nacional, como ferramenta de identificação da solução adequada.

Distingue-se este item da pesquisa de preços (tratada no item 6) e da escolha da modalidade de licitação (tratada no item 7).

A metodologia adotada para o presente levantamento, em razão da natureza do objeto (bem comum, industrializado, com mercado fornecedor consolidado), privilegia a análise empírica de contratações similares já realizadas pela Administração Pública e o mapeamento concreto do mercado fornecedor, em detrimento de elucubrações teóricas sobre arranjos contratuais incompatíveis com o objeto.

### **5.2. Fontes consultadas**

- Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP (art. 174 da Lei nº 14.133/2021), em busca de Atas de Registro de Preços, contratos e ETPs vigentes para objeto idêntico ou similar (leite em pó integral 800 g);
- Painel de Preços do Governo Federal, para verificação de faixa de preços praticada em aquisições recentes;
- Portais de transparência e Diários Oficiais de Municípios brasileiros que executam programas correlatos de segurança alimentar;

### 5.3. Análise de contratações similares

A consulta às fontes acima permitiu identificar, com base empírica, o seguinte padrão consolidado de contratação pública para o objeto em estudo — todas estruturadas, sem exceção significativa, sob a forma de Pregão Eletrônico em regime de Sistema de Registro de Preços:

Órgão / Programa	Procedimento/Observações	Valor Unitário	Fonte de Pesquisa
Câmara Municipal de Marco (CE)	DISPENSA: 04022026/01 - EXERCÍCIO: 2026	R\$ 38,00 (Valor Final)	<a href="https://www.camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/dispensaeinexigibilidade/185">https://www.camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/dispensaeinexigibilidade/185</a>
Prefeitura de Santa Rita (MA)	PREGÃO ELETRONICO Nº 06/2026 – SRP – (Gêneros alimentícios diversos – LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO 800G – Item 82 – Licitação em andamento.	R\$ 33,29 (Valor Estimado)	<a href="https://www.portaldecoprpublicas.com.br/processos/ma/prefeitura-municipal-de-santa-rita-1052/rpe-06-2026-2026-464098">https://www.portaldecoprpublicas.com.br/processos/ma/prefeitura-municipal-de-santa-rita-1052/rpe-06-2026-2026-464098</a>
Prefeitura de Centro do Guilherme (MA)	PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2026 – SRP – (Gêneros alimentícios diversos – LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO 800G – Item 45 – Licitação em andamento.	R\$ 35,00 (Valor Estimado)	<a href="https://app2-compras.licitacentrodoguilhermema.com.br/pesquisa/7690">https://app2-compras.licitacentrodoguilhermema.com.br/pesquisa/7690</a>
Prefeitura de Colinas (TO)	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014/2025/FMECO/TO - – LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO 1KG – Item 150 – Licitação Concluída.	R\$ 37,50 (Valor Final)	<a href="https://diario.colinas.to.gov.br/download/materia-diario/materia/MAT-b0ace6-25082025090951">https://diario.colinas.to.gov.br/download/materia-diario/materia/MAT-b0ace6-25082025090951</a>
Prefeitura de Orlandia (SP)	PREGÃO ELETRONICO Nº 069/2025 – SRP – (Gêneros alimentícios diversos – LEITE	R\$ 34,84 (Valor Estimado)	<a href="https://www.orlandia.sp.gov.br/novo/publicacoes/pregao-">https://www.orlandia.sp.gov.br/novo/publicacoes/pregao-</a>

Órgão / Programa	Procedimento/Observações	Valor Unitário	Fonte de Pesquisa
	EM PÓ INTEGRAL OU INSTANTÂNEO 800G – Item 33		<a href="#">eletronico/pregao-eletronico-69-2025</a>
Prefeitura de Capão do Leão/RS	Pregão Eletrônico nº 025/2024 — leite em pó integral para alimentação escolar e demais setores. 1KG.	R\$ 27,89 (Valor Final)	<a href="#">Pregão Eletrônico/SRP: vencedora: distribuidora industrial de gêneros alimentícios.</a>
Prefeitura de Rondon do Pará/PA	Pregão Eletrônico nº 9/2023-034 — SRP para aquisição de leite em pó integral – 1KG. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20230291	R\$ 42,00 (Valor Final)	<a href="#">Pregão Eletrônico/SRP atendendo, conjuntamente, assistência social, educação e saúde.</a>

Conclusão da análise empírica: a **Administração Pública brasileira adquire leite em pó integral em embalagem comercial com 800 g a 1kg, de modo praticamente uniforme, mediante Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços**, regido pela Lei nº 14.133/2021. A dispensa localizada foi incluída para confirmar que o modelo de mercado segue o mesmo padrão - sempre compra com empresas que comercializam esse tipo de alimento - porém, dispensa de valor baixo não constitui padrão técnico-jurídico apto a fundamentar o planejamento da presente contratação.

#### 5.4. Mapeamento do mercado fornecedor

Conforme se pode verificar, o mercado fornecedor de leite em pó integral industrializado em embalagem comercial de 800g, no Brasil, é maduro, regulado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA (com exigência de Serviço de Inspeção Federal — SIF) e pela ANVISA, e composto, no plano produtivo, por indústrias nacionais consolidadas, entre as quais se destacam, sem prejuízo de outras: Italc, Piracanjuba, Itambé, Nestlé (linha Ninho), CCGl (Cooperativa Central Gaúcha), Embaré, Quatá, Líder Alimentos e Camponesa/Cemil — todas com produtos de leite em pó integral 800g em portfólio comercial regular.

No plano comercial, e como evidenciado pelas contratações similares analisadas no item 5.3, o atendimento ao Poder Público se dá, em regra, por meio de distribuidoras atacistas e empresas de gêneros alimentícios habilitadas, que adquirem o produto das indústrias e participam dos certames como representantes do canal varejo institucional. A participação direta da indústria nos pregões públicos é exceção; o padrão é a intermediação pelo canal distribuidor, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, em função da logística de distribuição.

O mercado é, portanto, amplo e competitivo: há multiplicidade de marcas com registro sanitário e capacidade industrial para atender ao quantitativo estimado (50.000

unidades de 800 g), e multiplicidade de distribuidoras nacionais e regionais aptas a participar do certame, não havendo, no caso, qualquer hipótese de inviabilidade de competição (art. 74 da Lei nº 14.133/2021), nem restrição a fornecedor único.

### **5.5. Aproveitamento de Ata vigente — análise específica**

Em consulta ao PNCP nesta data, foi também avaliada a possibilidade de adesão (na condição de órgão não participante) a Ata de Registro de Preços vigente em outro órgão da Administração, na forma do art. 86 da Lei nº 14.133/2021. Não foi localizada Ata vigente cuja conjugação de objeto, quantitativos remanescentes, preço registrado e condições de entrega se mostrasse, na presente data, vantajosa e compatível com a demanda da SEMSA.

### **5.7. Conclusão técnica e econômica do levantamento**

Da análise empírica das contratações similares no PNCP e em Diários Oficiais de Municípios de referência, do mapeamento do mercado fornecedor industrial e do exame específico das possibilidades de adesão, conclui-se, técnica e economicamente:

- Existe mercado fornecedor maduro, competitivo e regulado para o objeto (leite em pó integral 800 g), composto por múltiplas indústrias com registro no MAPA e por ampla rede de distribuidoras atacadistas habilitadas, especialmente no eixo Centro-Oeste/Sudeste, com atendimento consolidado às regiões Norte e Nordeste;
- O padrão consolidado de contratação pública para o objeto é o Pregão Eletrônico em regime de Sistema de Registro de Preços, sob a Lei nº 14.133/2021, conforme evidenciado pelas contratações similares analisadas;
- Não existe, nesta data, Ata vigente em outro órgão que viabilize adesão (carona) em condições compatíveis com a demanda da SEMSA;
- Justifica-se, portanto, técnica e economicamente, a opção pela contratação com fornecedores do ramo, pelo Município, mediante Pregão Eletrônico em regime de Sistema de Registro de Preços, na forma da Lei nº 14.133/2021, com a fundamentação detalhada da modalidade, do critério de julgamento e da sistemática do registro de preços tratada no item 7 deste Estudo (Descrição da solução como um todo).

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021)**

A estimativa preliminar do valor, de caráter referencial para o planejamento, foi obtida a partir da pesquisa de preços que instrui os autos, cujo detalhamento metodológico (fontes, análise crítica e tratamento dos valores) consta de documento próprio. O preço estimado foi apurado pela média aritmética das cestas de preços coletadas, método adequado em razão da homogeneidade do conjunto de cotações.

Registra-se que a estimativa preliminar do ETP guarda harmonia com a pesquisa de preços formal que instrui o Termo de Referência, observado o caráter referencial deste estudo.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Leite em pó integral, 800 g	Pacote	50.000	R\$ 35,50	R\$ 1.775.000,00
Valor total estimado					R\$ 1.775.000,00

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021)**

Definidas, no item 5, as soluções de mercado disponíveis — todas viáveis e em ambiente competitivo —, cumpre, neste tópico, descrever a solução escolhida sob o aspecto do instrumento jurídico de seleção do contratado e da sistemática de contratação. Não se confundem, portanto, a solução de mercado (alternativa técnica e operacional de fornecimento) e a modalidade de licitação (forma pela qual a Administração seleciona o fornecedor).

### **7.1. Da modalidade de licitação e do critério de julgamento**

Considerando que o objeto se enquadra como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, adota-se a modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, nos termos dos arts. 6º, XLI, 17, § 2º, e 28, I, da Lei nº 14.133/2021. A modalidade fomenta a competitividade entre fornecedores — essencial à obtenção de preços acessíveis —, assegura transparência e legalidade ao certame e confere agilidade às etapas do processo, permitindo a pronta disponibilização do produto para as ações de segurança alimentar.

### **7.2. Da adoção do Sistema de Registro de Preços — SRP**

Considerando o objeto da contratação e, sobretudo, a demanda flutuante e a impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado, adota-se o Sistema de Registro de Preços — SRP como a sistemática mais adequada, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.276/2026, que regulamenta o SRP no âmbito do Município de São Luís.

A hipótese amolda-se às situações que autorizam o SRP, em especial: (a) a necessidade de contratações frequentes; (b) a conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; e (c) a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, dada a oscilação do número de beneficiários da política de segurança alimentar.

A escalabilidade é atributo decisivo: por meio do Registro de Preços, a Administração poderá ajustar as aquisições conforme a evolução da demanda, contratando apenas o necessário, sem a obrigação de adquirir quantitativo fixo e mitigando os riscos de superestimativa e de desabastecimento. Do ponto de vista econômico, a redução de preços decorrente da competição reflete diretamente na economia de recursos públicos e na ampliação do alcance do atendimento.

### **7.3. Política de participação de órgãos e entidades e de adesão à futura Ata**

Em atenção ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 62.276/2026, e considerando que a definição prévia da política de participação e de adesão integra o planejamento da contratação, registram-se, desde já, as seguintes diretrizes:

#### **7.3.1. Da admissibilidade da adesão (órgãos não participantes — “carona”)**

Quanto à adesão posterior por órgãos e entidades não participantes (a chamada “carona”), o presente Estudo Técnico Preliminar adota a seguinte política, em conformidade com o art. 86, §§ 2º a 6º, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 62.276/2026:

- Admite-se a adesão por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento, condicionada à prévia consulta e à anuência expressa do órgão gerenciador (Central Permanente de Licitação), bem como à aceitação pelo fornecedor beneficiário, observadas as condições do art. 86, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)**

Nos termos do art. 47, § 1º, e do art. 40, § 2º e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, combinados com o art. 8º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, o parcelamento é a regra, devendo ser adotado quando técnica e economicamente viável. No presente caso, contudo, o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, pelos seguintes fundamentos:

- Padronização e qualidade: a contratação em item único assegura uniformidade das especificações técnicas e conformidade sanitária, evitando discrepâncias entre fornecedores;
- Logística e distribuição: a centralização possibilita melhor planejamento logístico, reduzindo custos operacionais e o risco de desabastecimento;
- Economicidade: a contratação concentrada favorece melhores condições de negociação e a otimização dos recursos públicos;
- Controle e rastreabilidade: facilita a fiscalização e o controle de qualidade do produto.

Distinção necessária: o não parcelamento do objeto não se confunde com a forma de execução. A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada, com entregas sucessivas conforme a demanda da Administração, viabilizada pelo Sistema de Registro de



Preços. Conclui-se, portanto, pela inconveniência do parcelamento do objeto e pela adequação da execução parcelada do fornecimento.

#### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021)**

São benefícios diretos da contratação: (a) assegurar o fornecimento regular de leite em pó integral à população vulnerável de São Luís sob responsabilidade da SEMSA; e (b) garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de extrema pobreza, minimizando as dificuldades de acesso a alimentos básicos. Como benefícios indiretos, destacam-se o atendimento aos princípios da economicidade e da eficiência, mediante planejamento adequado e obtenção de propostas vantajosas, com a melhor utilização dos recursos disponibilizados.

#### **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021)**

Para a adequada execução da contratação, a Administração adotará, entre outras, as seguintes providências, com indicação dos respectivos responsáveis:

<b>Providência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Momento</b>
Designação formal do gestor e do(s) fiscal(is) do contrato	Autoridade competente da SEMSA	Anterior à assinatura do contrato/ata
Capacitação da equipe de fiscalização quanto ao recebimento e à inspeção do produto	SEMSA / equipe técnica	Anterior ao início das entregas
Planejamento logístico de recebimento, armazenamento e distribuição	SEMSA / equipe do Programa Mesa Farta	Anterior e durante a execução
Organização e definição dos pontos de entrega nos bairros contemplados	SEMSA	Durante a execução, conforme demanda

Os eventuais riscos de atraso nessas providências encontram-se refletidos na Análise de Riscos que acompanha esta contratação.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021)**

Para os fins do art. 18, § 1º, XI, da Lei nº 14.133/2021, distinguem-se: (i) contratações com dependência técnica ou operacional, que impõem contratação conjunta ou sequencial obrigatória; e (ii) contratações com correlação de planejamento, que, embora autônomas, compartilham objetivo finalístico, público-alvo e dimensionamento, exigindo coordenação programática.

Não foram identificadas, no caso, contratações correlatas com dependência técnica ou operacional que condicionem juridicamente a presente aquisição, podendo o procedimento prosseguir de forma autônoma.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)**

A contratação pode acarretar impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos na fabricação do produto, às emissões do transporte e à geração de resíduos de embalagem. Como medidas mitigadoras, em consonância com o art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), propõem-se:

- Priorização, sempre que possível, de fornecedores que adotem práticas produtivas sustentáveis e eficiência energética;
- Exigência de embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, com rotulagem que permita a destinação adequada;
- Otimização das rotas de transporte e distribuição, reduzindo o consumo de combustível e as emissões;
- Ações de conscientização sobre a destinação correta das embalagens entre os beneficiários do Programa.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021)**

Os estudos demonstraram que a contratação é tecnicamente indispensável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada, atendendo ao interesse público de garantia da segurança alimentar da população vulnerável de São Luís. A estimativa de quantitativos apoia-se em dados concretos de fonte oficial e em parâmetro de consistência idôneo, e a sistemática do Registro de Preços, com a política definida de participação (IRP) e de adesão (carona) e a previsão de renovação de quantitativos na prorrogação (art. 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.276/2026), confere a flexibilidade necessária diante da demanda flutuante, em harmonia com o art. 86 da Lei nº 14.133/2021. A viabilidade está respaldada na Análise de Riscos que acompanha esta contratação.

Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação DECLARA a viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação, recomendando o prosseguimento do feito.

São Luís — MA, 25 de maio de 2026.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO — EPC**



Documento assinado digitalmente  
**ANA CRISTINA MAGALHAES**  
Data: 25/05/2026 10:45:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Ana Cristina Magalhães**  
Membro da EPC



Documento assinado digitalmente  
**DIEGO ALMEIDA MOREIRA DE SOUSA**  
Data: 25/05/2026 10:56:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Diego Almeida Moreira de Sousa**  
Membro da EPC



Documento assinado digitalmente  
**FERNANDO RIBEIRO GUIMARAES JUNIOR**  
Data: 25/05/2026 11:06:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Fernando Ribeiro Guimarães Júnior**  
Membro da EPC

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA

**CONTRATO N°     /2026**

Processo nº 24.101.000042/2026

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE DE LEITE  
EM PÓ N.º \_\_\_\_/2026 QUE CELEBRAM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS -MA, POR MEIO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
SEGURANÇA ALIMENTAR -SEMSA E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O Município de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio da Prefeitura Municipal de São Luís, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, representado neste instrumento por Dilmar Sousa Araújo, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº 467.562.133-34, Secretário Municipal de Segurança Alimentar nomeado por meio da \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial do Município de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Tel.: \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1.** O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, da Proposta da CONTRATADA e da Lei nº 14.133/2021, da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, do Decreto Municipal nº 62.276/2026 e demais normas aplicáveis à espécie

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** O Contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) unidades de leite em pó integral, acondicionadas em embalagens de 800 g (oitocentos gramas), classificados como gêneros alimentícios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA, visando à distribuição à população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar atendida pelo Programa Mesa Farta, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

**2.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1.** O Termo de Referência;
- 2.2.2.** O Edital da Licitação;
- 2.2.3.** A Proposta da CONTRATADA;
- 2.2.4.** A Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026;
- 2.2.5.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**3.1.** O prazo de entrega do objeto será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, de forma parcelada, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**3.2.** Do local de entrega: o objeto licitado deverá ser entregue na sede da CONTRATANTE, localizada na Av. João Pessoa, nº 280, Cutim Anil, e/ou nos pontos previamente indicados pela equipe gestora da SEMSA nos bairros contemplados pelo Programa Mesa Farta, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 17h.

**3.3.** As entregas ocorrerão em ponto de recebimento centralizado e/ou diretamente nos locais indicados pelo gestor do contrato, conforme planejamento operacional, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE o armazenamento e a posterior distribuição dos produtos aos beneficiários, não cabendo ao fornecedor a entrega direta ao público beneficiário.

**3.4.** Caso não seja possível a entrega na data prevista, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, acompanhados da devida comprovação, para fins de análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

**3.5.** A data de validade do produto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de fabricação ou, no ato da entrega, apresentar prazo remanescente não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total.

**3.6.** O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

**3.7.** Não será aceito leite em pó estragado ou inadequado para o consumo humano, que apresente avarias de qualquer natureza, inclusive quanto à embalagem, ou vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.

**3.8.** A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada, com entregas sucessivas realizadas conforme a demanda da Administração, sendo tal sistemática viabilizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:  
\_\_\_\_\_.

**5.2.** O empenho inicial é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, sob o evento nº \_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data prevista para a entrega dos bens, para fins de organização logística e acompanhamento da fiscalização contratual.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**6.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**6.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**6.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega regular e integral dos bens aceitos pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**6.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**6.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal naquilo que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **7.1. DA LIQUIDAÇÃO**

**7.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

**7.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (1) o prazo de validade; (2) a data da emissão; (3) os dados do contrato e do órgão contratante; (4) o período respectivo de execução do contrato; (5) o valor a pagar; e (6) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

**7.1.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **7.2. DO PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto neste instrumento.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**7.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = (TX/365)$ ; TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### **7.3. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**7.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**7.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.3.4.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não estará sujeita à retenção do Imposto de Renda na Fonte sobre os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE, nos termos do art. 4º, inciso XI, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023.

**7.3.4.1.** Para fazer jus à não retenção de que trata o subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma do art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, informando a sua condição de optante pelo Simples Nacional, devendo a primeira via ser retida pela CONTRATANTE e a segunda ser devolvida à CONTRATADA como recibo.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**8.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município de São Luís-MA, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Caso o objeto não seja integralmente concluído dentro do prazo de vigência inicialmente estabelecido, a Administração poderá, mediante justificativa fundamentada e formalização por meio de termo aditivo, prorrogar a vigência contratual pelo período estritamente necessário à conclusão do fornecimento, observadas as disposições dos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e as demais condições previstas neste instrumento.

**8.2.1.** A prorrogação de que trata o subitem 8.2 não se opera de forma automática, devendo ser precedida de manifestação expressa do gestor do contrato quanto à viabilidade técnica e ao interesse público na continuidade da execução, bem como de análise acerca da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**8.3.** Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA, esta ficará sujeita às sanções cabíveis, podendo a Administração, conforme o caso, promover a extinção contratual ou adotar medidas para assegurar a continuidade da execução.

**8.4.** A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, cabendo à Administração avaliar a conveniência e oportunidade da sua realização.

**8.5.** As prorrogações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, sendo vedada a prorrogação automática.

**8.6.** Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação, quando aplicável.

**8.7.** O contrato não poderá ser prorrogado caso a CONTRATADA tenha sido penalizada com sanções que impeçam a contratação com o Poder Público, observadas as abrangências legais.

## **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

**9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**9.2.** Após o intervalo de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA Geral, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**9.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**9.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos do artigo 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

**11.1.** O leite em pó integral, acondicionado em embalagens de 800 g, deverá ser entregue em perfeitas condições de consumo, com garantia de qualidade e segurança alimentar durante todo o período de validade. No ato da entrega, o produto deverá apresentar prazo de validade



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de fabricação ou prazo remanescente não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total.

**11.2.** As embalagens deverão estar íntegras, lacradas, sem sinais de violação, umidade, estufamento ou qualquer tipo de avaria que comprometa a qualidade do produto. A CONTRATADA será responsável pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer unidades que apresentem defeitos, vícios, alteração de características sensoriais (odor, cor, sabor) ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

**11.3.** O produto deverá atender às condições estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, especialmente à Instrução Normativa nº 53/2018, bem como às normas sanitárias vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** São obrigações da CONTRATANTE, além das constantes do Edital e de seus anexos:

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**12.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**12.1.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

**12.1.5.** Comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal naquilo que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.1.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**12.1.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**12.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

**12.1.9.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**12.1.9.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**12.1.9.2.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias.

**12.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**13.1.1.** Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;

**13.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**13.1.3.** Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, acompanhados da devida comprovação;

**13.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**13.1.5.** Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, bem como efetuar a sua substituição, às suas expensas, no prazo estipulado no Edital, após a comunicação da Administração, de qualquer produto entregue que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

**13.1.6.** Entregar os produtos devidamente acondicionados e transportados em condições adequadas de higiene e conservação, garantindo a proteção contra umidade, poeira, calor excessivo e contaminações, de modo a preservar a integridade e a qualidade do produto até o momento da entrega, não sendo exigido controle de temperatura, considerando a natureza não perecível do leite em pó integral;

**13.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**13.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**13.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**13.1.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**13.1.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

**13.1.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

**13.1.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.1.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

**13.1.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

**13.1.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**13.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**14.1.** Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 15.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 15.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV – Multa.

**15.3.** Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.4.** Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**15.5.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.7.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.7.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.7.2.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**15.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.10.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO**

**16.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**16.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**16.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA: a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**16.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por quaisquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos termos do art. 106, inciso III, da referida Lei e do Decreto Municipal nº 60.155/2024.

**16.4.1.** Constituem, dentre outros, motivos para extinção do contrato: I – o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações ou prazos; II – o atraso injustificado na execução do objeto; III – a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração; IV – o desatendimento das determinações regulares da fiscalização; V – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do contrato; VI – demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

**16.4.2.** A extinção poderá ocorrer: I – de forma unilateral, por ato da Administração, nos casos previstos em lei; II – de forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração; III – por decisão judicial, nos termos da legislação vigente.

**16.4.3.** A extinção unilateral deverá ser formalmente motivada, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**16.4.4.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, desde que não restrinja sua capacidade de execução.

**16.4.6.** Caso a operação implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**16.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR-SEMSA**

**16.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**16.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**16.5.3.** Indenizações e multas.

**16.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de São Luís, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos no inciso II do caput do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro de São Luís/MA, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato

**PELA CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Dilmar Sousa Araújo  
Secretário Municipal de Segurança Alimentar  
**PELA CONTRATADA**


\_\_\_\_\_  
Nome / Cargo  
**TESTEMUNHAS**

NOME: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

*Aprova a minuta de Contrato em:* \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Diego Almeida Moreira de Sousa  
Assessor Jurídico -SEMSA

 Documento assinado digitalmente  
**DIEGO ALMEIDA MOREIRA DE SOUSA**  
Data: 27/05/2026 10:25:40-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>